

**OS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM MEIO À ATUAL CRISE
ECONÔMICA BRASILEIRA**

**THE INVESTMENT FUNDS IN THE MIDST OF THE CURRENT
BRAZILIAN ECONOMIC CRISIS**

Nathália Araújo Cabral

Graduando em Ciências Contábeis pela UniEvangélica – GO

Prof. Me. Milton Neemias Martins da Silva

Mestre em Ciências Ambientais pela UniEvangélica – GO

1 Nathália Araújo Cabral - Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) - Brasil - Email: nathaliacabral94@hotmail.com

2 Prof. Me. Milton Neemias Martins da Silva - Mestre em Ciências Ambientais, professor orientador do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) - Brasil - Email: milton@unievangelica.edu.br

RESUMO

No Brasil, os fundos de investimento têm passado por momentos difíceis em virtude da constante recessão econômica sucedida dos últimos anos. Diante desse cenário, repleto de incertezas quanto às políticas econômicas adotadas aos investimentos, muitos empresários têm deixado de investir devido ao déficit evidenciado pelos relatórios e indicadores econômicos. O artigo procurou responder a seguinte problematização: Qual a situação dos fundos de investimentos em meio à atual crise econômica brasileira? Sendo assim, justifica-se ao trazer a investidores, pesquisadores e demais interessados uma reflexão e maior conhecimento dos fundos de investimentos no atual cenário. O estudo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica. Logo, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os fundos de investimentos em meio à atual crise econômica brasileira. Os objetivos específicos consistem em apresentar a importância do mercado financeiro nas operações de investimentos; identificar os principais tipos de investimentos de renda fixa; e, evidenciar políticas e crise econômica brasileira. O Sistema Financeiro Nacional (SFN) medeia às operações nas atividades de investimentos bem como estrutura esse ambiente. O estudo concluiu a importância de realizar investimento mesmo em meio a uma crise econômica, como também mostrou as estáticas dos últimos anos.

Palavras-chave: Fundos de investimento. Crise econômica brasileira. Sistema Financeiro Nacional.

ABSTRACT

In Brazil, investment funds have been through difficult times due to the constant economic recession of recent years. Faced with this scenario, full of uncertainties regarding the economic policies adopted for investments, many entrepreneurs have stopped investing because of the deficit evidenced by economic reports and indicators. The article sought to answer the following problematization: What is the situation of investment funds amid the current Brazilian economic crisis? Therefore, is justified in bringing investors, researchers and other interested parties a reflection and greater knowledge of investment funds in the current scenario. The study has as methodology the bibliographic research. Then, the research has as a general objective to analyze the investment funds in the midst of the current Brazilian economic crisis. The specific objectives are to present the importance of the financial market in investment operations; identify the main types of fixed income investments; and, evidence of policies and the Brazilian economic crisis. The National Financial System (SFN) measures operations in investment activities as well as structure this environment. The study concluded the importance of investing as well as highlighting its advantages.

Key-words: Investment Funds. Brazilian Economic Crisis. National Financial System.

INTRODUÇÃO

O estudo tem como finalidade investigar os fundos de investimento em meio à atual crise econômica brasileira, respaldado pelos principais indicadores econômicos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central do Brasil (BACEN). O cenário econômico brasileiro tem sofrido fortemente devido a crise, mas precisamente as instituições financeiras, refletindo em baixa lucratividade, aumento no número de inadimplentes e queda na taxa de crescimento.

No contexto socioeconômico, os mercados financeiros desempenham papel fundamental diante da economia pelo fato de intermediar recursos entre os agentes prestadores e tomadores. Em se tratando dos fundos de investimento, dentre suas principais atribuições a principal decorre de subsidiar o desenvolvimento da economia brasileira, ou melhor, o financiamento das ações do governo. Segundo dados do Tesouro Nacional (2017) mais da metade da dívida interna brasileira correspondem a esses recursos, que fomentam em consumo, demanda, empregos, produção e renda.

Paulo Lamosa Berger (2015) no que diz respeito aos fundos de investimento informa que o governo emite papéis a serem financiados pelos gestores competentes, que avaliam e indicam aos investidores os setores que estão em alta, ou seja, que apresentam crescimento e oportuna rentabilidade estabelecida por taxas de juros. Nota-se que os fundos também desempenham papel de intermediadores, isto é, na relação existente entre financiamentos e títulos.

Os investimentos são aplicações que contribuem na economia, pois tratam de recursos que proporcionam rentabilidade, geram empregos, aumento na produtividade bem como desenvolvimento nos setores. Conforme Adriano Leal Bruni (2013) os investimentos são importantes no PIB por aumentar o nível de atividade econômica e respectiva riqueza no país; na taxa de juros sua relevância refere pelas alterações, se há aumento, a procura de investidores sobe, caso diminua, o inverso; nos empréstimos financeiros a importância é dada pelos títulos emitidos do governo que auxiliam no financiamento de suas operações.

Para facilitar o estudo, a pesquisa foi dividida em tópicos, no primeiro buscou apresentar a importância do mercado nas operações de investimentos, no

segundo identificar os principais tipos de investimentos de renda fixa, no terceiro as políticas e crise econômica brasileira, no quarto à metodologia e, por fim, no quinto as considerações finais.

O Objetivo Geral da pesquisa foi analisar os fundos de investimento em meio à atual crise econômica brasileira.

O Objetivo Específico da pesquisa foi apresentar a importância nas operações de investimentos; identificar os principais tipos de investimentos em renda fixa e evidenciar políticas e crise econômica brasileira.

1 MERCADO FINANCEIRO

1.1 Sistema Financeiro Nacional

Um dos presentes fenômenos no cenário socioeconômico refere-se ao mercado financeiro, que trata da transferência de recursos dos agentes superavitários aos deficitários. Francisco da Silva Cavalcante Filho; Jorge Yoshio Misumi (2001) considera mercado financeiro como o espaço ou ambiente de relacionamento entre ofertadores e tomadores de recursos monetários.

A Lei nº 4.595/ 64 rege o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e estabelece um sistema interligado, seguro e, sobretudo, organizado. Nota-se que é envolvido por órgãos fiscalizadores e reguladores, assim, compreende uma estrutura que serve para regular instituições financeiras, empresas e pessoas físicas quanto às atividades de intermediação de recursos (CHEROBIM; LEMES JR.; RIGO, 2015).

De acordo com Cleverson Luiz Pereira (2013, p. 58) o principal objetivo do Sistema Financeiro Nacional:

[...] é atuar na organização do mercado financeiro e, com isso, exercer determinadas funções, como a intermediação financeira e o auxílio financeiro, buscando garantir liquidez nas transações.

O autor informa que o SFN fornece subsídios necessários no que refere às transações financeiras, bem como seu correto funcionamento. Nesse sentido, a intermediação financeira pode ser evidenciada pelo fato de controlar os recursos pecuniários e o auxílio financeiro diz respeito à procura de investidores.

1.2 Fundos de Investimentos

Hoje, os fundos de investimentos são destacados pela acessibilidade, tecnologia e globalização. No Brasil, existem diversos fundos em operação que contribui com o capital de giro da economia. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) existem aproximadamente 506 fundos em exercício no país¹.

Evidencia-se que a Lei nº 4.728/ 65 de autonomia do Conselho Monetário Nacional (CMN) disciplina na seção IX “Sociedades e fundos de investimento” as especificidades que abrangem as normas, ações, alterações e quotas nas operações de investimentos.

O § 1º do art. 49 da Lei nº 4.728/65 expressa às seguintes normas²:

§ 1º Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas a serem observadas pelas sociedades referidas neste artigo, e relativas a:

- a) diversificação mínima da carteira segundo empresas, grupos de empresas associadas, e espécie de atividade;
- b) limites máximos de aplicação em títulos de crédito;
- c) condições de reembolso ou aquisição de suas ações pelas sociedades de investimento, ou de resgate das quotas de participação do fundo em condomínio;
- d) normas e práticas na administração da carteira de títulos e limites máximos de custos de administração.

Assim, constata-se que o Conselho Monetário Nacional é o órgão responsável que normatiza e fiscaliza o funcionamento dos fundos de investimento, assim, dispõe de políticas que contribuem para o desenvolvimento econômico, financeiro e social.

Para Pinheiro (2016, p. 99) o conceito de fundos de investimento “é um comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários [...]”. Verifica-se que os fundos de investimento são identificados pelas entidades financeiras, tais como agências, bancos, cooperativas de créditos que tem como objetivo a emissão de títulos na aplicação de valores mobiliários.

¹ Disponível em: < <http://www.infomoney.com.br/blogs/economia-e-politica/terraco-economico/post/3998311/fundos-investimentos-brasileiros-mais-rentaveis-seculo-xxi> > Acesso em 11 de setembro de 2017.

² Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm > Acesso em 12 de setembro de 2017.

Ressalta-se que o Fundo de Investimento é o espaço e o recurso intermediário no qual torna possível qualquer pessoa física ou jurídica que disponha de recursos financeiros e almejam obter rendimentos a curto ou longo prazo. Visto que, este ambiente é regulamentado e fiscalizado por órgãos que determinam suas disposições gerais e específicas, faz-se necessário um profissional altamente capacitado denominado gestor financeiro que informará acerca de todos os procedimentos e transações envolvendo ativos financeiros, políticas, etc. (SOUZA JÚNIOR et al., 2013).

Os autores Cherobim; Lemes Jr.; Rigo (2015) abordam em seus estudos que os fundos de investimento realizam pelo conjunto de recursos investidos. Percebe-se que todo fundo tem um administrador, que é responsável por especificar a carteira de investimentos e informar acerca dos papéis no mercado.

Nota-se que os fundos de investimento são caracterizados como voluntários, pois os participantes tem autonomia, ou seja, vale-se de seus próprios meios e vontades que atendam seus interesses particulares. Por sua vez, os títulos são contemplados como propriedades, denominados certificado de investimento e, emitidos exclusivamente pelo administrador. Além disso, os fundos apresentam personalidade jurídica (PINHEIRO, 2016).

Assim, alguns elementos identificam o melhor fundo para cada investidor, sendo, os perfis do fundo (agressores ou conservadores), seu objetivo e se possui renome, ou seja, boa reputação no mercado. Além destes, Cherobim; Lemes Jr.; Rigo (2015) especificam algumas características dos fundos, sendo prospecto, lâmina, administrador, gestor, custodiante, cotista, patrimônio, taxa de administração e taxa de performance.

Os autores citados esclarecem que o prospecto refere-se ao resumo do contrato social; a lâmina representa o documento que dispõe as características do fundo; o administrador à instituição financeira; o gestor é o responsável pelas operações (aplicações, resgates, etc.); custodiante é a empresa licenciada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) que mantêm os títulos; cotista é o investidor; patrimônio são os recursos financeiros investidos; taxa de administração é o percentual cobrado pelo administrador; taxa de performance é o percentual sobre a rentabilidade do fundo.

Logo, os elementos que constituem os fundos de investimento possuem características que demonstram aos investidores o papel que exerce cada um, assim como informa e esclarece a veracidade de seu funcionamento no mercado financeiro.

O Banco Central do Brasil apresenta as classificações relativas aos fundos de investimento. De acordo com os autores Cherobim; Lemes Jr.; Rigo (2015) os fundos podem ser especificados em conservadores (curto prazo, referenciados, renda fixa), médio risco (direitos creditórios, fundos de investimentos imobiliários – FII), agressivos (multimercados, ações, cambial, dívida externa).

Portanto, constata-se que os fundos de investimento são cotas obtidas por investidores que juntos constituem o patrimônio do fundo, ou melhor, o conjunto destes recursos é investido em múltiplos ativos financeiros. Em virtude da diversidade dos fundos, cabe ao investidor identificar seu perfil além de, verificar o nível de risco, objetivo, aporte mínimo e demais regras.

1.3 Principais tipos de investimento de renda fixa no Brasil

O atual mercado financeiro oferece uma diversidade de investimentos, cada um com sua respectiva característica. Nesse ambiente, os investimentos são embasados em três aspectos, sendo, risco, rentabilidade e liquidez. Neste sentido, o investidor precisa estabelecer seu objetivo financeiro, identificar seu perfil e, posteriormente analisar o tipo de investimento.

Segundo Pinheiro (2016, p. 98) “a aquisição de títulos de renda fixa é um tipo de investimento em títulos emitidos pelo governo ou por uma empresa, com direito ao recebimento de juros”. Conforme o autor entende-se títulos de renda fixa como a operação no qual a pessoa física empresta recursos ao governo ou instituições financeiras e em troca, recebe juros. Além disso, caracteriza por possuir data de vencimento e indexador de rentabilidade, como o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

Ressalta-se que no Brasil existem diversos títulos de renda fixa distinguidos em públicos e privados. A emissão de títulos públicos é dada pelo Tesouro Nacional; já os privados, a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de

Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Crédito Bancário (CDB) pelos bancos; e, Letra de Câmbio (LC) pelas instituições financeiras.

1.3.1 Tesouro Direto

É um tipo de renda fixa em que a pessoa física concede dinheiro ao governo e, em troca, recebe juros pelo empréstimo. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o Tesouro Direto é um programa em parceria com a BMF&F Bovespa que tem como intuito a venda de títulos públicos para pessoas físicas³.

Osias Brito (2016) informa que existem diversos títulos com prazos e rentabilidades diferentes, atribuindo ao investidor escolher o que melhor se adéqua. Por ser aplicação de renda fixa, o rendimento é determinado no momento do investimento resultando no menor risco do mercado. O quadro 1 representa o estoque total de investimentos entre os anos de 2015, 2016, até julho de 2017.

Quadro 1- Estoque total de Investimentos do Tesouro Direto

ANOS	VALOR FINANCEIRO (R\$)
Dez/ 2015	R\$25,58 bi
Dez/ 2016	R\$41,05 bi
Julho/ 2017	R\$47,03 bi

Fonte: Tesouro Nacional, 2017.

1.3.2 Caderneta de Poupança

Para Cherobim; Lemes Jr.; Rigo (2015, p. 245) “É a aplicação financeira mais tradicional no Brasil”. Verifica-se que não há incidência de Imposto de Renda (IR) e taxa de administração, assim, pode ser resgatado a qualquer momento. Ressalta-se que é garantido por uma entidade privada sem fins lucrativos, Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que recupera valores no limite de até R\$ 250 mil reais por pessoa física (BRITO, 2016). O quadro 2 demonstra o total de recursos aplicados na poupança nos anos de 2015, 2016, até agosto de 2017.

³ Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto> > Acesso em 16 de setembro de 2017.

Quadro 2- Saldo total dos recursos na Caderneta de Poupança – SBPE
(Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo)

ANOS	VALOR FINANCEIRO (R\$)
2015	R\$509,22 bi
2016	R\$515,95 bi
Agosto/ 2017	R\$533,69 bi

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017.

1.3.3 Certificado de Depósito Bancário

Para Cherobim; Lemes Jr.; Rigo (2015, p. 243):

[...] a emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) é um produto de captação para os bancos, que recolhem recursos de seus clientes mediante o pagamento de uma taxa de juros, e um produto de aplicação para os agentes superavitários, que emprestam recursos ao banco com o objetivo de receber o principal acrescido de juros em data posterior, previamente acordada.

Conforme o autor, o CDB pode ser evidenciado como um investimento em renda fixa, bem como um empréstimo que se faz ao banco, tendo em contrapartida uma rentabilidade. Por sua vez, há incidência de Imposto de Renda (IR) e, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) caso seja retirado antes do período fixado. O quadro 3 apresenta o volume do CDB na carteira dos investidores nos anos de 2015, 2016, até julho de 2017.

Quadro 3- Estoque do CDB

ANOS	VALOR FINANCEIRO (R\$)
2015	R\$475,06 bi
2016	R\$549,2 bi
Julho/ 2017	R\$591,01 bi

Fonte: Cetip, 2017.

1.3.4 Certificado de Depósito Interbancário

De acordo com Juliano Lima Pinheiro (2016) o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) são títulos de empréstimos entre os bancos, ocasionando em

uma taxa, que é o CDI. Dessa forma, essa taxa pode ser empregada como referência para outras aplicações, especialmente em renda fixa. Muitos investimentos em renda fixa utilizam o CDI como uma base de rentabilidade, contudo, não pode ser entendido como investimento. O quadro 4 demonstra a taxa de CDI acumulada nos anos de 2015, 2016, até julho de 2017.

Quadro 4- Taxa CDI acumulada

ANOS	PERCENTUAL (%)
2015	13,24 %
2016	14,00 %
Julho/ 2017	7,30 %

Fonte: Cetip, 2017.

1.3.5 Recibo de Depósito Bancário

O Recibo de Depósito Bancário (RDB) caracteriza-se pela emissão de papéis com a captação de recursos, ocasionando no pagamento de juros à pessoa física. Nota-se que a retirada ocorre somente sob um prazo determinado, assim apresenta baixo grau de risco⁴. Além disso, não pode ser alvo de transferência. Verifica-se que não há cobrança de taxas, no entanto, incide Imposto de Renda (FARIAS; ORNELAS, 2015). O quadro 5 elenca o período e porcentagem do IR.

Quadro 5- Tabela de dias e percentual do IR ao RDB

DIAS	PERCENTUAL (%)
Até 180 dias	22,5 %
De 181 a 360 dias	20 %
De 361 a 720 dias	17,5 %
Acima de 720 dias	15 %

Fonte: Dax Investimentos, 2017.

⁴ Disponível em: < <http://londoncapital.com.br/investimentos/melhores-investimentos/#melhoresinves> > Acesso em 16 de setembro de 2017.

Por conseguinte, o quadro 6 representa o valor em estoque do RDB entre os anos de 2015 e 2016.

Quadro 6- Valor em estoque do RDB

ANOS	VALOR FINANCEIRO (R\$)
2015	R\$552,03 bi
2016	R\$602,88 bi

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017.

1.3.6 Letra de Créditos Imobiliários

Para Souza Júnior et al. (2013, p. 245) “[...] são títulos nominativos, podendo ser transferidos por endosso em preto, emitidos e negociados independentemente de efetiva tradição, ou seja, podem ser escriturais”. Nesta modalidade, o empréstimo tomado vai para o setor imobiliário e não tem liquidez diária bem como incidência de Imposto de Renda (IR). O quadro 7 demonstra a emissão de LCI entre os anos de 2015 e 2016.

Quadro 7- Emissão de LCI

ANOS	VALOR FINANCEIRO (R\$)
Jan/ 2015	R\$21,66 bi
Abril/ 2016	R\$9,66 bi

Fonte: Cetip, 2017.

1.3.7 Letra de Crédito do Agronegócio

Conforme Aquiles Rocha de Farias; José Renato Haas Ornelas (2015) a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é representada pelo fato de emprestar recursos financeiros ao banco que conforme previsto em lei só poderá ceder a outras pessoas caso possuírem algum vínculo com o agronegócio. Da mesma forma que a LCI, a LCA está dispensada do pagamento de Imposto de Renda (IR). O Quadro 8 demonstra a emissão de LCA entre os anos de 2015 e 2016.

Quadro 8- Emissão de LCA

ANOS	VALOR FINANCEIRO (R\$)
Jan/ 2015	R\$9,63 bi
Abril/ 2016	R\$3,52 bi

Fonte: Cetip, 2017.

Verifica-se que os investimentos são importantes pelo fato de desenvolver e fortalecer a economia através do aumento da renda nacional, mas precisamente o PIB (quanto mais se produz, mais se vende e consome). Os investimentos, sejam em fundos ou renda fixa, impactam na produtividade e consumo, sendo assim, torna-se evidente sua importância por oportunizar em empregos, aumento de produção e, principalmente, bem estar da nação.

1.4 Política Econômica

De acordo com Pereira (2013) as políticas econômicas do governo atuam no mercado financeiro e exercem papel fundamental, pois repercutem em diretrizes responsáveis na gestão cambial, fiscal e monetária. Conforme Kerr (2011) são as ações do governo constituídas por vários órgãos da autoridade pública, assim, tem como objetivo a distribuição de riqueza, poder aquisitivo da moeda e crescimento econômico.

A macroeconomia manifesta a estatística da circulação de renda por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Central do Brasil (BACEN) que delinea os relatórios econômicos e financeiros das operações de investimentos, isto é, o montante de títulos e valores mobiliários investidos (FARIAS; ORNELAS, 2015).

Assim, vale ressaltar que as políticas econômicas se dividem em política monetária, fiscal e cambial. Para Pereira (2013, p.34) “A política monetária é utilizada pelo Governo no controle e na administração da moeda e do crédito”. Já a política fiscal responsabiliza-se pela gestão da carga tributária e, por fim, a política cambial refere-se à gestão das taxas e operações cambiais (KERR, 2011).

Verifica-se que a política econômica trata da intervenção do governo nos mecanismos de bens e serviços, tendo em vista seus objetivos, como, instabilidade de preço, crescimento da economia, distribuição da riqueza e equilíbrio das contas

externas, que contribuem não somente para o desenvolvimento econômico, mas também nos âmbitos sociais e políticos brasileiros.

1.5 Crise Econômica Brasileira

Segundo Cleyton Izidoro (2014) os momentos ruins de uma economia são denominados crise econômica. Em seus estudos, em sentido histórico, as flutuações por instabilidade econômica tendem a ocorrer por curtos prazos. O cenário brasileiro sofre consideráveis oscilações, em virtude da constante recessão econômica, evidenciada pelo Produto Interno Bruto (PIB), desemprego, taxa de lucro, entre outros.

1.5.1 Contexto Histórico

As manifestações socioeconômicas do país iniciaram em 2010, agravou em 2015 e 2016 e, atualmente, encontra-se em recuperação. O Brasil por ser um país emergente passou fortes períodos de instabilidade econômica entre oferta e demanda. Conforme Brito (2016) o país tem vivenciado um período de demanda superior à oferta.

De acordo com Paula; Pires (2017) a crise iniciou por meio de políticas que objetivavam em conter a inflação advinda do exterior. Nota-se que aumentaram as taxas de juros e estabeleceram decretos de metas fiscais. Além disso, o governo elevou a taxa de impostos de não residentes nas aplicações em títulos de ações e renda fixa a fim de melhores desempenhos.

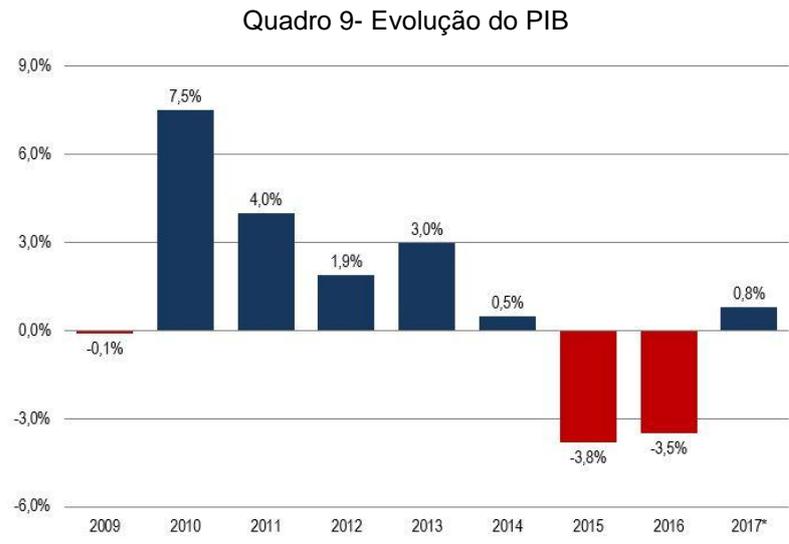
Segundo Fernando de Holanda Barbosa Filho (2017, p. 2) a crise econômica decorreu de alguns aspectos:

A crise resulta de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Primeiramente, o conjunto de políticas adotadas a partir de 2011/2012, conhecido como Nova Matriz Econômica (MNE), reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial. Mais, esse choque de oferta possui efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos.

O autor informa quanto aos fatores que provocaram a crise a partir de 2011. Observa-se que os representantes governamentais adotaram políticas que

resultaram em sérias consequências que incidiram na produção econômica. Assim, estão relacionados com a intervenção dos preços e altos gastos na gestão pública.

O quadro 9 demonstra a evolução do PIB entre os anos 2010-2017.



Fonte: IBGE, 2017.

O PIB a partir do ano de 2010 foi decrescendo progressivamente. Os anos de 2015 e 2016 representaram queda comparada aos anos anteriores, portanto, todos os setores da economia, como agropecuária, indústria, serviços, consumo do governo, consumo das famílias e principalmente, nos investimentos. Um dos fatores que desencadearam o resultado do PIB identifica-se pelas ineficientes políticas econômicas adotadas.

De acordo com Osias Brito (2016) vários foram os fatores que desencadearam a crise econômica e financeira brasileira, sendo assim, podem ser contemplados por fatores exógenos (queda no consumo de *commodities*) e endógenos (uso de câmbio, desoneração fiscal). Nota-se que em virtude do déficit que o país encontra, os empresários deixaram de investir em fundos de investimento.

Vale ressaltar que os indicadores econômicos como desemprego, inadimplência, inflação, taxa de juros e taxa de crescimento são dados que pormenorizam a crise econômica. Os quadros abaixo representam os seguintes anos:

Quadro 10 - Taxa de Desemprego (Brasil)

ANOS	População desocupada (em mil)
2014	6,7 milhões
2015	8,6 milhões
2016	11,8 milhões

Fonte: IBGE, 2017.

Observa-se que a taxa de desemprego cresceu intensamente nos últimos três anos, tendo como principal causa à redução do consumo de bens e serviços, que ocasionou demissão em massa. Nos anos de 2015 e 2016 os índices foram os maiores já registrados pelo IBGE. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o desemprego nesses anos provocou consideráveis riscos sociais e econômicos.

Quadro 11- Número de Inadimplentes

ANOS	Número (em mil)
Jan/ 2014	52,5 milhões
Jan/ 2015	54,1 milhões
Jan/ 2016	59 milhões

Fonte: Serasa, 2017.

Os dados apresentados pelo Serasa manifestam o número de inadimplentes e seu respectivo crescimento. Ressalta-se que dentre as formas encontradas pelos brasileiros saldarem suas dívidas destaca-se os investimentos em caderneta de poupança. Além desta, existem outras condições que propiciam a regularização de débitos, contudo, o número de brasileiros inadimplentes continua expressivo.

Quadro 12- Índice de Preço ao Consumidor (Inflação)

ANOS	IPCA (em %)
2014	6,41
2015	10,67
2016	6,29

Fonte: IBGE, 2017.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) reflete o custo de vida do brasileiro envolvendo os setores secundários (indústria) e terciários (comércio, prestadoras de serviços, etc.) sob a forma de variação dos preços. No ano de 2015, percebe-se que a inflação subiu refletindo no elevado preço dos produtos e serviços. Constata-se que a política monetária influencia na taxa de juros que incide sobre as atividades econômicas bem como gastos e investimentos.

Quadro 13- Taxa de Juros Selic

Mês/Ano	2014	2015	2016
janeiro	43,43	32,94	20,28
fevereiro	42,64	32,12	19,28
março	41,87	31,08	18,12
abril	41,05	30,13	17,06
maio	40,18	29,14	15,95
junho	39,36	28,07	14,79
julho	38,41	26,89	13,68
agosto	37,54	25,78	12,46
setembro	36,63	24,67	11,35
outubro	35,68	23,56	10,30
novembro	34,84	22,50	9,26
dezembro	33,88	21,34	8,14

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017.

Os bancos utilizam a taxa de juros em suas operações, por esse motivo, exerce influencia na economia. Nota-se que sua principal finalidade consiste em controlar a inflação. Neste ambiente, se há aumento, o Banco Central incentiva nas operações de investimentos devido à ausência de recursos no mercado financeiro. Em vista disso, o quadro apresenta a queda da taxa, demonstrando que os investimentos percam atratividade, ocasionando acesso ao crédito e subsequente endividamento, conforme visto anteriormente.

Quadro 14- Taxa Média de Crescimento

ANOS	Ibovespa anual
2014	50.007,41
2015	43.349,96

2016	60.227,28
------	-----------

Fonte: BM&F Bovespa, 2017.

Com base nos dados acima, o indicador demonstra a taxa de crescimento dos últimos três anos no mercado financeiro e de capitais brasileiro. Em virtude da crise econômica, o ano de 2015 sofreu e diminuiu o índice de crescimento dos ativos investidos nas listagens evidenciadas em ações, renda fixa e fundos de investimento. Nota-se que seus efeitos são reflexos das taxas de juros, inflação, políticas, entre outros.

Portanto, verifica-se que um dos principais fatores que desencadearam a crise econômica fora às políticas adotadas. Por sua vez, diminuíram seu desenvolvimento e provocaram elevado custo fiscal. Em geral, os principais investimentos em renda fixa evidenciados no item 1.3 demonstraram claramente que o ano de 2015 sofreu queda, outros, tais como, LCI e LCA perderam eficácia no ano-calendário de 2016. Os indicadores econômicos refletiram a veracidade da crise vivenciada nos principais anos, entre eles, 2014, 2015 e 2016.

2- METODOLOGIA

O presente artigo fora realizado quanto ao método de pesquisa bibliográfica e documental e, quanto à forma de abordagem, quantitativa. Eva Maria Lakatos; Marina de Andrade Marconi (2017) explanam bibliográfica como o estudo embasado em material já elaborado, constituído por entendimentos e pensamentos de pesquisadores, por tratar de conhecimento científico. Vale ressaltar que são encontrados em artigos, livros, revistas entre outros.

Em concordância com as autoras citadas, a pesquisa documental caracteriza-se pelos registros em documentação em fontes escritas ou não. Dentre as fontes de documentos, compreende-se os arquivos públicos e particulares, dados estatísticos, relatórios e material audiovisual.

Para Casarin (2012, p. 36) a pesquisa quantitativa “[...] explora uma metodologia com uso intensivo de modelos matemáticos e dados estatísticos. Portanto, faz uso de amostragem sempre que possível. Percebe-se que essa abordagem tem como intuito quantificar uma ou mais variáveis assim como analisar sua frequência.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou os fundos de investimento em meio ao atual cenário econômico brasileiro, destacando sua contribuição na economia e importância do Sistema Financeiro Nacional nessas operações. Os dados foram embasados pelo IBGE e BACEN. A pesquisa que tinha como objeto de estudo e problematização a situação dos fundos de investimentos em meio à atual crise econômica brasileira fora alcançada.

Vale ressaltar que a crise evidenciada no estudo foi analisada entre os anos 2010-2016 pelos principais indicadores econômicos. A taxa média de crescimento representada demonstra que no ano de 2015 (forte ano de recessão econômica) à procura de investir em fundos de investimento foi minimizada, contudo, no ano de 2016 o resultado foi razoável. Os fundos, por sua vez, oferecem alternativas de investimento tradicionais e agressivas e, apresentam clareza quanto a riscos e retornos.

Dentre as vantagens de se investir em fundos destacam-se: diversificação; diminuição de custos e impostos (IR, IOF); e, baixas aplicações. Entretanto, as desvantagens são: custos (taxas e despesas em geral); e, incapacidade de escolher ativos. Sendo assim, é aconselhável investir em fundos de investimento pelo fato de servir como poupança, além disso, provêm recursos ao setor produtivo.

O primeiro objetivo específico que era apresentar a importância do mercado financeiro nas operações de investimentos constatou que trata de um sistema formado pelo conjunto de órgãos responsáveis (reguladores e intermediários) que medeiam e normatizam as operações de investimento em pessoas físicas e jurídicas quanto aos produtos de captação.

O segundo objetivo específico identificar os principais investimentos de renda fixa foram apontados e diferenciados com seus respectivos estoques, saldos, taxas e valores entre os anos 2015, 2016 e 2017. Mesmo em virtude da crise, o TD, CP, CDB, CDI e RDB não perderam eficácia de investimento, já a LCI e LCA reduziram consideravelmente, sendo assim, percebe-se que esses foram agravados pela crise econômica.

O terceiro objetivo específico evidenciar políticas e crise econômica brasileira foi contextualizado sobre as políticas quanto as suas funções e classificações, o contexto histórico da crise, os efeitos das políticas adotadas que refletiram fortemente sobre a economia. Dentre os indicadores econômicos foram explanados o PIB, taxa de desemprego, número de inadimplentes, índice de preço ao consumidor (IPCA), taxa de juros SELIC e taxa média de crescimento entre os anos 2014, 2015 e 2016. Evidenciou-se que o PIB, IPCA e taxa média de crescimento sofreram consideráveis oscilações devido à crise. Nos últimos 3 anos, a taxa de desemprego e o número de inadimplentes cresceram desenfreadamente. Em 2016 os números foram expressivos comparados aos anos anteriores, à taxa de desemprego atingiu 11,8 milhões de pessoas e o número de inadimplentes cerca de 59 milhões. Nesse mesmo ano, o PIB demonstrou queda significativa perante os setores da economia, representado pelo percentual de (-3,5%).

Para tanto, para crescimento do PIB faz-se necessário à adoção de políticas que aumentem e amplifiquem o investimento e produtividade em ativos financeiros, motivando assim, investidores empregarem recursos que possibilitarão a melhora dos indicadores econômicos. Além disso, é preciso que as políticas sejam bem elaboradas e instituídas a fim de propiciar investimentos que resultarão em melhores índices da instabilidade de preço, equilíbrio das contas e, sobretudo, crescimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.html > Acesso em 11 de setembro de 2017.

_____. **Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.** Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.html > Acesso em 12 de setembro de 2017.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. *Saídas para a crise econômica*. São Paulo, vol. 31, no. 89, jan/abr 2017.

BERGER, Paulo Lamosa. **Mercado de renda fixa no Brasil:** ênfase em títulos públicos. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

BRITO, Osias. **Guia prático de economia e finanças.** São Paulo: Saraiva, 2016.

BRUNI, Adriano Leal. **Avaliação de investimentos.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CASARIN, Helen de Castro da Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica:** da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CAVALCANTE FILHO, Francisco da Silva; MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de capitais.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Claudio Miessa. **Fundamentos de investimentos empresariais:** técnicas e práticas essenciais. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Disponível em: < <http://www.infomoney.com.br/blogs/economia-e-politica/terraco-economico/post/3998311/fundos-investimentos-brasileiros-mais-rentaveis-seculo-xxi> > Acesso em 11 de setembro de 2017.

Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto> > Acesso em 16 de setembro de 2017.

Disponível em: < <http://londoncapital.com.br/investimentos/melhores-investimentos/#melhoresinves> > Acesso em 16 de setembro de 2017.

FARIAS, Aquiles Rocha de; ORNELAS, José Renato Haas. **Finanças e sistema financeiro nacional para concursos:** questões resolvidas de concursos do Banco Central, Tesouro Nacional, BNDES, CVM, CEF, e BB, dentre outros. São Paulo: Atlas, 2015.

IZIDORO, Cleyton. **Economia e mercado**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

KERR, Roberto Borges. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson Prentice, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Saídas para a crise econômica*. São Paulo, vol. 31, no. 89, jan/abr 2017.

PEREIRA, Cleverson Luiz. **Mercado de capitais**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro et al. **Direito, gestão e prática: mercado de capitais**. São Paulo: Saraiva, 2013.